

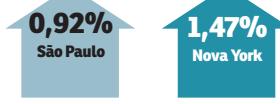
# Economia

7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 1º de dezembro de 2023

Editor: Carlos Alexandre de Souza  
carlosalexandre.df@abr.com.br  
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



Bolsas  
Na quinta-feira



Pontuação B3  
Ibovespa nos últimos dias  
**125.517**      **127.331,12**  
27/11      28/11      29/11      30/11

Dólar  
Na quinta-feira  
**R\$ 4,9152** (+0,56%)

Últimos  
24/novembro 4,898  
27/novembro 4,899  
28/novembro 4,872  
29/novembro 4,887

Salário mínimo  
**R\$ 1.320**

Euro  
Comercial, venda na quinta-feira  
**R\$ 5,3520**

CDI  
Ao ano  
**12,15%**

CDB  
Prefixado 30 dias (ao ano)  
**11,89%**

Inflação  
IPCA do IBGE (em %)  
Junho/2023 -0,8  
Julho/2023 0,12  
Agosto/2023 0,23  
Setembro/2023 0,26  
Outubro/2023 0,24

**CONJUNTURA /** País registrou recorde de população ocupada, 100,2 milhões de pessoas, maior contingente desde o início da série histórica; já o número de desocupados baixou para 8,3 milhões de brasileiros

# Desemprego cai a 7,6%, melhor nível em 8 anos

» RAFAELA GONÇALVES

A taxa de desemprego no Brasil registrou mais uma queda, ficando em 7,6% no trimestre encerrado em outubro. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trata-se do melhor nível desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2015.

A população desocupada chegou a 8,3 milhões de pessoas, uma queda de 3,6% (261 mil) em relação ao trimestre anterior. O país registrou recorde de população ocupada, 100,2 milhões de pessoas, maior contingente desde o início da série histórica, iniciada em 2012. O número é 0,9% maior do que no trimestre anterior e 0,5% maior do que o mesmo período do ano passado. Com isso, o nível da ocupação — percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar — foi estimado em 57,2%, com alta de 0,4 p.p. ante o trimestre de maio a julho.

O resultado foi puxado por uma melhora geral, mas com destaque para o trabalho formal. O número de empregados com carteira assinada no setor privado, exceto trabalhadores domésticos, chegou a 37,4 milhões, o maior contingente desde junho de 2014, quando registrou 37,5 milhões. Esse número representa um crescimento de 1,7% em comparação com o trimestre anterior, e uma alta de 2,7% no comparativo interanual.

Já o número de trabalhadores por conta própria foi de 25,6 milhões de pessoas, um aumento de 1,3% frente ao trimestre anterior. Os contingentes de empregados sem carteira no setor privado, trabalhadores domésticos, empregadores e empregados no setor público ficaram estáveis no trimestre e na comparação interanual.

A coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios

## Recorde de ocupação

Desemprego recua a menor nível desde fevereiro de 2015 e taxa de ocupação é a maior da série histórica  
Em %



do IBGE, Adriana Beringuy, destacou que o mercado de trabalho teve recuperação puxada por informais e por conta própria no pós-pandemia. No entanto, o cenário vem mudando de 2022 para cá. "Começamos a acompanhar um crescimento importante do emprego com carteira", disse.

Segundo a pesquisadora, não se trata apenas de números positivos em relação ao contingente do mercado, mas uma expansão

da ocupação acompanhada por características ligadas também a indicadores qualitativos. "O que a gente tem é um aumento não apenas quantitativo, do contingente de ocupados, pois essa expansão vem acompanhada do aumento da formalidade e também do aumento do rendimento. E essa melhoria vem acompanhada por algumas atividades que têm registrado, sim, expansão (da ocupação), por meio da carteira de trabalho", apontou.

Segundo a pesquisadora, não se trata apenas de números positivos em relação ao contingente do mercado, mas uma expansão

## Atividades

Sete das 10 atividades econômicas registraram contratações no trimestre encerrado em outubro. Houve demissões apenas na indústria, 37 mil vagas a menos; e nos serviços domésticos, menos 44 mil. A agricultura, por sua vez, mostrou estabilidade na ocupação.

Segundo o economista Volnei Eyang, CEO da Multiplike, o resultado do último trimestre

indicou que a economia local não perdeu tração. Para ele, a queda da taxa de desemprego ao longo do ano tem como principal ponto positivo a iniciativa de redução dos juros por parte do Banco Central (BC). "Esse movimento ajudou a 'segurar' a economia", afirmou.

"Também mostra que a diminuição do desemprego tem sido bastante benigna, sem nenhum ponto, dado que todos os núcleos têm gerado emprego.

Quanto menor o índice de desemprego, maior é a probabilidade de o índice de geração de renda crescer, e isso implica em aumento de consumo e prosperidade econômica para o país", acrescentou.

## Rendimento

O rendimento médio real teve alta de 1,7% frente ao trimestre anterior, estimado em R\$ 2.999. De acordo com a pesquisa, a melhora é atribuída à expansão contínua entre ocupados com carteira assinada, que têm rendimentos maiores. No ano, o crescimento foi de 3,9%. Já a massa de rendimento real habitual foi estimada em R\$ 295,7 bilhões, mais um recorde da série histórica da pesquisa. O resultado subiu 2,6% frente ao trimestre anterior, e cresceu 4,7% na comparação anual.

O economista do PicPay Marco Antonio Caruso ponderou que, apesar do bom rendimento, é possível observar uma desaceleração no ritmo de crescimento do rendimento médio real habitual de todos os trabalhos, de 4,2% para 3,9%. "Apesar da tendência de desaceleração, ele ainda dá sustentação ao consumo das famílias dado o ganho robusto. Pensando, agora, nas suas implicações para o cenário de inflação de médio prazo, a dinâmica traz alguma preocupação."

De modo geral, ele considerou que o indicador trouxe uma leitura qualitativa de que o mercado de trabalho segue forte e com uma composição saudável, com o ganho de trabalhadores formais. "Olhando à frente, entendemos que os efeitos defasados da política monetária contribuirão para uma desaceleração da atividade econômica e um consequente aumento da taxa de desemprego, mas que ainda resistirá em patamares historicamente baixos por mais um bom tempo. Para 2023, projetamos uma taxa média de desemprego de 8%", avaliou.

Fonte: Pnad/IBGE.

## ICMS

# MP da Subvenção: governo tem pressa, mas oposição resiste

» EDLA LULA

O deputado Domingos Sávio (PL-MG) protocolou, na comissão especial que discute a Medida Provisória, um pedido de audiência pública para ouvir o governo e especialistas no assunto. Isso significa um possível atraso nas premissas do relator, deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG), de apresentar o relatório na próxima quarta-feira e aprovar a matéria antes do recesso parlamentar, que começa em 18 de dezembro.

Embora integre a oposição ao governo, Sávio argumenta que seu requerimento tem caráter exclusivamente técnico, porque, segundo ele, "99% dos integrantes da comissão" desconhecem o teor da MP e estão cheios de dúvida. "É crucial que uma audiência pública seja realizada antes de

se deliberar a Medida Provisória, pois é tema de grande complexidade e que possui um grande impacto nos investimentos regionais do país", diz o parlamentar.

Entre os impactos que Sávio vislumbra, caso a medida seja aprovada, estão a desindustrialização no país e o consequente desemprego.

O governo quer, com essa medida, que empresas que recebem descontos de tributos federais — Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) —, por conta dos benefícios oferecidos pelos estados, passem a não mais receber, quando esses benefícios não forem usados para as empresas investirem (em novas instalações, ou na compra de máquinas e equipamentos, por exemplo). Isso porque, quando as empresas estão investindo, o dinheiro descontado do imposto ajuda a promover o desenvolvimento econômico e, consequentemente, gera emprego.

Segundo o argumento do governo, as empresas estão usando o benefício para gastos com as despesas do dia a dia, chamados custos, que não geram emprego, mas ajudam a ampliar a renda das empresas.

No entender de Sávio e dos deputados que são contra a MP, essa decisão é que vai provocar o desemprego, porque, com o aumento da carga de impostos,

e ainda mais se tiverem que pagar por benefícios do passado, as empresas terão que tirar dinheiro do caixa para arcar com esse compromisso inesperado.

"Eu não acredito que os deputados e os senadores estejam dispostos a votar, sem conhecer, uma matéria tão grave e tão complexa, que vai aumentar impostos,

que pode gerar desindustrialização e que pode gerar desemprego e inflação. Isso tudo apenas para atender o desejo do governo de aumentar a arrecadação", comenta Sávio.

Na lista de convidados para a audiência pública, figuram 10 pessoas.

Entre elas, está o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as advogadas tributaristas Thaís Veiga e Ariane Guimarães, e representantes das associações empresariais,

como União Nacional das Entidades de Comércio e Serviços; Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Por ter havido acordo entre líderes e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), acredita que será possível negociar com os integrantes da comissão para que a discussão se encerre ainda na próxima semana, e haja tempo para a matéria seguir para o plenário das duas Casas. "O curso e a programação que estamos fazendo dessa MP é: apresentar o relatório na semana

que vem e até quinta-feira aprovar na comissão, para nos restar uma semana de janela para podermos apreciá-la tanto na Câmara quanto no Senado."

que vem e até quinta-feira aprovar na comissão, para nos restar uma semana de janela para podermos apreciá-la tanto na Câmara quanto no Senado."

## Ameaça de obstrução

A previsão do governo é de que, sendo aprovada a medida,

o governo consiga uma ampliação de aproximadamente R\$ 115 bilhões, sendo R\$ 35 bilhões referentes ao que será arrecadado no ano e R\$ 80 bilhões referentes ao estoque dos valores descontados indevidamente no passado.

Por essa razão, Randolfe entende que a oposição pretende obstruir a votação. "Obstruir essa MP é atentar contra o Brasil. Tentar levar o governo a ter dificuldades (financeiras) no próximo ano, penalizando o país e quem mais necessita no país, porque impossibilitará os investimentos em temas como educação e saúde."



Obstruir essa MP é atentar contra o Brasil.

Tentar levar o governo a ter dificuldades

(financeiras) no próximo ano, penalizando

o país e quem mais

necessita no país,

porque impossibilitará os investimentos em

temas como educação e

saúde."

Randolfe Rodrigues (sem

partido-AP), líder do

governo no Congresso